

REBES REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE



GVA - GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E ABELHAS - POMBAL - PB
REVISÃO DE LITERATURA

Projeto político pedagógico: uma abordagem conceitual

Katiuska Lamara Vieira Cavalcante Lopes

Diplomada em Pedagogia, especialista em Psicopedagogia pelas Faculdades Integradas de Patos - FIP

E-mail: katiuska.lopes@yahoo.com.br

Resumo: O Projeto Político Pedagógico tem como finalidade organizar a estrutura escolar, estabelecendo um plano de metas e ações, tendo como base a comunidade intra e extraescolar, sabendo que deve acontecer de forma coletiva com todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem. O maior desafio da escola hoje, é o de construir o seu projeto político pedagógico, pois exige coletividade, proporcionando a participação de todos no contexto escolar. Para que o projeto se efetive é preciso delinear competências, tais como: a qualidade de ensino, a globalidade do processo educativo, criatividade, criticidade e a formação continuada. O papel da administração escolar para com o Projeto Político Pedagógico é de articular a interação de todos os envolvidos no processo educacional, valorizar o trabalho coletivo, respeitar a liberdade e as individualidades de cada um, assegurar recursos didáticos e financeiros para a instituição, primando por um planejamento coletivo com vistas a atender as necessidades da escola. O Projeto Político Pedagógico só pode ser construído se a escola dispor de autonomia, pois esta garante a instituição a independência e a liberdade de decidir sua prática educativa, não impedindo a mesma de executar leis constitucionais, mas também de construir suas próprias leis. Com autonomia, os professores, os alunos e pais são responsáveis pelo desempenho da instituição, já que todos participam da construção do ensino-aprendizagem. O presente artigo tem por objetivo apresentar um conceito e discutir as competências do Projeto Político Pedagógico, na construção de uma escola democrática.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Processo de Construção. Comunidade Escolar.

Political pedagogical project: a conceptual approach

Abstract: The Political Pedagogical Project aims to organize the school structure, establishing a plan of goals and actions, based on the intra and extra-school community, knowing that should happen collectively with all involved in the teaching-learning process. The biggest challenge of the school today is to build your political pedagogical project, it requires collective, providing the participation of all in the school context. For the project to be outlined to become effective skills such as: quality of teaching, the whole of the educational process, creativity, criticism and continuing education. The role of school administration toward Political Pedagogical Project is to articulate the interaction of all involved in the educational process, enhance the collective work, respect freedom and the individuality of each, provide educational and financial resources for the institution, striving for a collective planning in order to meet the needs of the school. The Political Pedagogical Project can only be built if schools have autonomy, since it ensures the institution's independence and freedom to decide their educational practice, does not prevent the latter to execute constitutional laws, but also to build their own laws. With autonomy, teachers, students and parents are responsible for the performance of the institution, since everyone participates in building the teaching-learning. This paper aims to present a concept and discuss the competencies of Political Pedagogical Project, the construction of a democratic school.

Keywords: Political Pedagogical Project. Construction process. School community.

1 Introdução

O mundo contemporâneo é caracterizado pela globalização da economia, pelo crescimento e evolução das tecnologias, pelas políticas educacionais e pelo neoliberalismo. Com isso a escola vem enfrentando problemas diversos que se evidenciam nas práticas pedagógicas-administrativas tornando-a cada vez mais, um ambiente de exclusão social, avaliações classificatórias, caráter individualista, planejamento precário, gestão

autocrática e profissionais despreparados para enfrentar os novos paradigmas.

Para superar esses obstáculos, é preciso conquistar a autonomia da escola que deverá conduzir às transformações almejadas na educação brasileira, através do resgate do real papel da escola que deverá ser refletido na construção do seu Projeto Político Pedagógico.

O Projeto Político Pedagógico tem como finalidade organizar a estrutura escolar, estabelecendo um plano de metas e ações, tendo como base a comunidade

intra e extraescolar, sabendo que deve acontecer de forma coletiva com todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem (VIEIRA, 2008).

Segundo Bussmann (2002), o maior desafio da escola hoje, é o de construir o seu projeto político pedagógico, pois exige coletividade, proporcionando a participação de todos no contexto escolar.

É um desafio porque rompe com a inércia de explorar ou trabalhar o conhecido para trabalhar com novas perspectivas, respeitando as especificidades da escola. É um desafio porque a escola precisa romper com práticas conservadoras que coloca o professor como centro do processo, o aluno como um ser passivo, os dirigentes como detentores do poder e do processo de decisão e a comunidade extraescolar como expectadores desse processo. Então, este desafio será superado a partir do momento em que todos os envolvidos no processo estejam dispostos a se comprometerem com as soluções dos problemas educacionais da instituição, levando em conta os interesses da comunidade.

Sabe-se que a função do projeto não é apenas de elaborar suas metas e ações, mas principalmente cumpri-las, entendendo que o projeto não é apenas pedagógico, mas também político. Nessa perspectiva, ele é pedagógico porque proporciona um trabalho coletivo em que todos possam sugerir, criar e mostrar os seus pensamentos com relação ao processo educativo.

É político por primar uma formação mais humana e ética do ser humano, tendo como objetivo a formação crítica do homem e também conceder a este a capacidade de transformar e fazer sua história na sociedade (SOUZA; CARNIELLI, 2003).

Político e pedagógico são indissociáveis, pois ambos se encontram interligados para resolver e discutir os problemas do contexto escolar, buscando soluções viáveis à situação educacional através do trabalho em equipe, proporcionando uma participação democrática de todos os integrantes da comunidade escolar.

O presente artigo tem por objetivo apresentar um conceito e discutir as competências do Projeto Político Pedagógico, na construção de uma escola democrática.

2 Revisão de Literatura

2.1 Competências do Projeto Político Pedagógico

Para que o projeto se efetive é preciso delinear competências, tais como: a qualidade de ensino, a globalidade do processo educativo, criatividade, criticidade e a formação continuada. A qualidade do ensino é a primeira competência do Projeto Político Pedagógico e segundo Libâneo (2001) é caracterizado por proporcionar o desenvolvimento cognitivo do aluno, promover a adaptação da cultura escolar com outras culturas, favorecer materiais didáticos e uma estrutura física confortável bem como valorizar os profissionais da instituição com salários dignos e com promoções de cursos e treinamentos.

A segunda competência é a globalidade do processo educativo que visa uma educação descentralizada e que valoriza o ensino interdisciplinar, ou seja, valoriza a ligação de uma disciplina em estudo com outras. A criatividade que é a terceira competência prima pela flexibilidade do projeto no intuito de criar e

sugerir novas ações, sempre que necessário. Nesse sentido, surge a quarta competência que é a criticidade, na qual irá subsidiar no processo de redirecionamento de ideias do projeto, visando uma análise crítica da escola em todos os seus aspectos (PADILHA, 2002).

A quinta competência é a formação continuada que tem o objetivo de preparar os profissionais da instituição escolar no que diz respeito ao seu desenvolvimento pessoal e profissional, visando uma melhor qualificação no trabalho, renovando e adquirindo novos conhecimentos.

2.2 Autonomia do Projeto Político Pedagógico

No contexto escolar toda organização requer uma administração que concretiza sua autonomia através de uma ação coletiva e organizacional.

Para Libâneo (2001, p. 77-78) organização é uma “unidade social que reúne pessoas que interage entre si e que opera através de estruturas e processos organizativos próprios, a fim de alcançar os objetivos da instituição” e administração “é a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para se atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativas”.

Nessa visão, percebe-se que a parte organizacional da escola está ligada ao planejamento teórico das ações e a administração está relacionada aos meios que irão ser utilizados para colocar em prática o planejado.

Assim, a missão do Projeto Político Pedagógico consiste no que pretende desenvolver, qual o público alvo que deseja atingir e qual o ambiente que deseja direcionar. Portanto, cabe à administração escolar discernir seu real papel mediante o Projeto Político Pedagógico da escola (PADILHA, 2002).

O papel da administração escolar para com o Projeto Político Pedagógico é de articular a interação de todos os envolvidos no processo educacional, valorizar o trabalho coletivo, respeitar a liberdade e as individualidades de cada um, assegurar recursos didáticos e financeiros para a instituição, primando por um planejamento coletivo com vistas a atender as necessidades da escola.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico deve segmentar suas ações baseadas nos elementos de competências pedagógicas e ético-administrativo. No contexto ético-administrativo, as pessoas são agentes de processo e não objetos, pois os mesmos devem contribuir com a organização como seres inteligentes, críticos, criativos, únicos e originais, ao contrário, o sujeito como objeto de processo, torna-se um alienador desmotivado no processo educativo (VASCONCELOS, 1995).

É impossível trabalhar as questões ético-administrativas sem trabalhar as questões pedagógicas, pois a organização pedagógica tem a função de trabalhar o indivíduo enquanto cidadão, capaz de transformar sua realidade sócio-econômico-política e cultural. Assim, estaremos construindo serem autônomos, envolvidos com o processo ensino-aprendizagem.

Dessa forma, o Projeto Político Pedagógico só pode ser construído se a escola dispor de autonomia, pois esta garante a instituição a independência e a liberdade de decidir sua prática educativa, não impedindo a mesma de

executar leis constitucionais, mas também de construir suas próprias leis. Com autonomia, os professores, os alunos e pais são responsáveis pelo desempenho da instituição, já que todos participam da construção do ensino-aprendizagem (SOUZA, CARNIELLI, 2003).

Nesse sentido, Neves (2000, p. 99) afirma que:

[...] a autonomia coloca na escola a responsabilidade de prestar contas do que faz ou deixa de fazer, sem repassar para outro setor essa tarefa e, ao aproximar escola e famílias, é capaz de permitir uma participação realmente efetiva da comunidade, que caracteriza como uma categoria eminentemente democrática.

Assim, o projeto deve ser construído dentro da própria escola, com a participação dos atores internos e externos envolvidos no processo. Salientamos que os órgãos públicos não podem de maneira alguma interferir na elaboração do projeto e nem tão pouco designar especialistas para construir e entregar o projeto pronto, pois não teria êxito devido os mesmos não conhecerem a realidade escolar e suas necessidades.

Nessa perspectiva, a gestão democrática vem articular a construção do Projeto Político Pedagógico, incentivando a sintonia entre as partes integrantes do processo através da Associação de Pais e Mestres, Grêmios Estudantil, Conselhos de Classes, etc. Assim, a escola terá o rumo necessário que é a construção de sua identidade como espaço social.

2.3 Princípios do Projeto Político Pedagógico

Veiga (2001) caracteriza os princípios que norteiam o Projeto Político Pedagógico com relação à organização do trabalho em uma escola pública democrática da seguinte maneira: A igualdade destaca a importância de que todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem tenham os mesmos direitos, independentes de uma posição social e econômica, em busca de uma escola democrática.

O segundo princípio do Projeto Político Pedagógico que é a qualidade tem como função promover um ensino de qualidade para todos. A qualidade deve seguir duas dimensões: a formal ou técnica e a política. A formal tem como objetivo enfatizar os instrumentos, métodos e técnicas a serem aplicadas dentro da sala de aula. A política está voltada para os fins, valores e conteúdos, ou seja, para a formação crítica do ser humano (VEIGA, 2001).

É importante registrar que as dimensões não estão subordinadas uma a outra, pois ambas possuem perspectivas próprias, mas cada uma possui o seu valor para que se tenha uma melhor qualidade no ensino, não esquecendo de que devem caminhar paralelamente com o intuito de atingir o mesmo objetivo que é a qualidade do ensino.

Uma escola de qualidade impreterivelmente deve evitar a repetência e a evasão escolar, pois esses obstáculos devem ser superados pelo processo ensino-aprendizagem. Para garantir um sistema único e descentralizado, a própria Constituição Brasileira promulgada em 1988 no seu artigo 206 estabelece como

um dos princípios básicos da educação “a gestão democrática do ensino público” (LIBÂNIO, 2001, p. 23).

Nesse sentido, o terceiro princípio que norteia o Projeto Político Pedagógico é a gestão democrática, a qual abrange três dimensões: a pedagógica, administrativa e financeira. A gestão democrática tem como objetivo principal a socialização, que consequentemente gera a participação coletiva, a reciprocidade, a solidariedade e a autonomia.

O quarto princípio é a liberdade ao qual está vinculada a ideia de autonomia que é consolidada na Constituição Brasileira de 1988 no artigo 206, II pela “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (LIBÂNIO, 2001, p. 23).

Nesse sentido, Veiga (2001, p.19) diz que “a liberdade é uma experiência de educadores e constrói-se na vivência coletiva, interpessoal” e que “somos livres com os outros, não, apesar dos outros”.

A liberdade não pode se concretizar individualmente, pois não terá sentido. Deverá ser desenvolvida coletivamente para que todos possam crescer e amadurecer juntos.

A valorização do magistério é apresentada como o quinto princípio e deve ser enfatizado no projeto, pois defende a ideia da formação continuada que prima pelo desenvolvimento pessoal e profissional dos integrantes da comunidade escolar, tendo em vista que toda instituição educacional requer que seus profissionais sejam atualizados mediante a constante busca de conhecimentos, cabendo aos dirigentes acompanhar e avaliar os professores para socializar os saberes adquiridos.

Com isso, tem-se professores mais capacitados, imbuídos de novos conhecimentos com o intuito de melhorar a qualidade do ensino e formar indivíduos críticos e ativos para uma sociedade mais justa, igualitária que valoriza os direitos humanos.

Veiga (2001, p. 20) diz que:

A formação continuada é um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia fundamentalmente o desenvolvimento profissional dos professores articulado com as escolas e seus projetos.

Deve-se ressaltar que essa formação destinada aos profissionais da educação não se deve resumir apenas a conteúdos inerentes a grade curricular, mas abranger também assuntos correlacionados à escola e à comunidade, visando uma melhor prática pedagógica educativa.

Levando em consideração os princípios norteadores do Projeto Político Pedagógico afirmamos que para o melhor desenvolvimento e organização do trabalho pedagógico é preciso romper com o autoritarismo e a autocracia, substituindo-os pela democracia e pelo trabalho coletivo (VIEIRA, 2008).

Infelizmente, existem ainda muitos dirigentes de escola que se caracteriza por um perfil autoritário e autocrático que visa no poder uma ação individualista e centralizadora, ou seja, se apodera do poder no intuito

apenas de mandar, delegar ordens e decidir tudo a sua maneira, fazendo dos demais integrantes da escola apenas objetos do processo.

Nesse sentido, não se pode confundir autoritarismo com autoridade, pois segundo Libâneo (2001, p. 180) “a autoridade é o exercício de um poder delegado a alguém para dirigir e coordenar as medidas tomadas coletivamente, implicando determinadas qualidades e conhecimentos de suas funções”.

2.4 Elementos Constitutivos do Projeto Político Pedagógico

A escola tem por finalidade refletir sobre sua intencionalidade educativa, enfatizando a responsabilidade de todos, sem deixar de lado os outros níveis de esfera administrativa educacional. Por isso, apresenta sete elementos que constituem a organização do Projeto Político Pedagógico, tais como: as finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho e a avaliação (VEIGA, 2001).

É fundamental que os gestores e sua equipe pedagógica conheçam as finalidades que norteiam o ambiente escolar, pois estas irão promover a formação dos indivíduos.

Para que a escola determine suas finalidades é preciso que disponha de autonomia, ou seja, a escola precisa construir o seu projeto político pedagógico e ter liberdade para praticá-lo e avaliá-lo sempre que necessário, tendo em vista que o projeto é inacabado, sempre estará sendo renovado e transformado, variando de acordo com a necessidade do âmbito educacional. Nessa perspectiva, as finalidades procuram direcionar a escola para a necessidade de construir o Projeto Político Pedagógico considerando os aspectos: legislativo, cultural, político e social, profissional e humanístico.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), no seu artigo 12 diz que "os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica" (LIBÂNIO, 2001, p. 24).

Assim, o legislativo tem a função de mostrar a comunidade local que o Projeto Político Pedagógico é um documento oficial da escola devido está apoiado na LDB e por ter sido construído coletivamente.

O cultural tem o objetivo de mostrar aos alunos os valores éticos e morais da sociedade bem como as dificuldades enfrentadas pelo mundo contemporâneo. O político e social se preocupam em mostrar aos alunos os seus direitos e deveres enquanto cidadãos, bem como prepará-los criticamente para enfrentar os dilemas da sociedade (VIEIRA, 2008).

Também é uma finalidade do Projeto Político Pedagógico a formação profissional que atribui à escola a responsabilidade de preparar o aluno para enfrentar o campo de trabalho que é caracterizado pela exigência de competências, promoção à competitividade e deslealdade.

A finalidade humanística incentiva à descoberta do próprio eu e a valorização do outro. Para que essa finalidade obtenha êxito é preciso que a escola valorize o

trabalho coletivo, a criatividade, o diálogo, a criticidade e as relações interpessoais.

As relações humanas são de fundamental importância no contexto escolar e de uma maneira geral na sociedade, porque proporciona a interação dos indivíduos. Para que tenhamos uma boa convivência com o outro, precisamos respeitar e aceitar as diferenças e as limitações, valorizando a troca de experiências e o trabalho em equipe (VASCONCELOS, 1995).

A estrutura organizacional da escola obrigatoriamente se divide em dois processos: o administrativo e pedagógico. O primeiro processo se preocupa com a parte administrativa que está ligada diretamente ao lado financeiro, recursos humanos e estrutura física. Já o pedagógico está ligado estreitamente à questão do processo ensino-aprendizagem, ou seja, analisa os processos de avaliação, o planejamento, o currículo e as metodologias a serem trabalhadas em sala de aula (ANDRE, 2001).

Assim, é preciso que as escolas rompam com as exigências burocráticas que é imposta de cima para baixo com o objetivo apenas de prevalecer os ditames dos órgãos educacionais, impedindo assim o processo pedagógico da escola que dinamiza e objetiva suas ações de acordo com sua realidade e favorece uma melhor qualidade no ensino.

O terceiro elemento é o currículo que é conceituado por Veiga (2001, p.26) como:

Uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção e se efetive: a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-las, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do reconhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito.

Nesse sentido, o currículo pode ser considerado como a parte mais complexa do Projeto Político Pedagógico, pois este valoriza o ensino objetivando a construção do conhecimento.

Segundo Pedra *apud* Libâneo (2001, p.142):

O currículo é a representação da cultura no cotidiano escolar (...), o modo pelo qual se selecionam, classificam, distribuem e avaliam conhecimento no espaço das instituições escolares (...) um modo pelo qual a cultura é representada e reproduzida no cotidiano das instituições escolares.

O currículo correlaciona o universo escolar com o universo cultural, mostrando que ambos são sustentados por conhecimentos, ações e reproduções de uma determinada sociedade.

De acordo com Libâneo (2001) o currículo é representado por três níveis: currículo formal, currículo real e currículo oculto, que servem de instrumentos para avaliar se o aluno obteve êxito ou não na aprendizagem de um modo geral.

O currículo formal é aquele que é oficializado pelos sistemas de ensino e que leva em conta os

conteúdos e as metodologias a serem abordadas em sala de aula. Já o currículo real é constituído de um planejamento que visa colocar em prática as metodologias do professor com relação ao seu plano de ação, levando em conta suas crenças e valores. Esses planos podem ser mudados de acordo com o processo de aprendizagem do educando.

O currículo oculto é aquele que embora não esteja explícito no planejamento influencia diretamente na aprendizagem do aluno, pois este propicia a troca de conhecimentos trazidos de seu contexto cultural e social para o contexto escolar, ou seja, é o conhecimento cultural se interligando com o conhecimento específico da grade curricular. Dá-se também pela troca de experiências entre professor e aluno e vice e versa (ANDRE, 2001).

Enfim, compreende-se que a construção do currículo se inicia fora da escola quando se tem sua raiz ligada aos sistemas educacionais de ensino e dentro da escola quando dá a autonomia ao professor e toda a equipe pedagógica de desempenhar sua prática em sala de aula e modificar o planejado sempre que o processo ensino aprendizagem exigir, promovendo a troca de experiências culturais no âmbito institucional.

O tempo escolar constitui a organização do trabalho pedagógico, cuja função é elaborar o calendário escolar.

Segundo Veiga (2001, p. 30) para que se melhore “a qualidade do trabalho pedagógico torna-se necessário que a escola reformule seu tempo, estabelecendo períodos de estudo e reflexões de equipes de educadores, fortalecendo a escola como instância de educação continuada”.

A educação continuada é importante porque incentiva os docentes a refletirem sobre suas práticas pedagógicas e a aprendizagem dos seus alunos, avaliando os objetivos propostos, redirecionando-os de acordo com as necessidades detectadas. A formação continuada deve ser uma exigência da escola, onde o professor precisa ter condições de se desenvolver profissionalmente para poder assumir com autonomia o seu trabalho e assim oferecer condições necessárias ao desenvolvimento do seu alunado, atendendo as suas diferenças culturais, sociais e individuais.

Para Libâneo (2001, p. 190):

A formação continuada consiste de ações de formação dentro da jornada de trabalho (ajuda a professores iniciantes, participação do projeto político pedagógico, entrevistas e reuniões de orientação pedagógica-didática, grupos de estudos, seminários, reuniões de trabalho para discutir a prática com colegas, pesquisas, minicursos de atualização, estudos de caso, conselhos de classes, programas de educação a distância etc.) e fora da jornada de trabalho (congressos, cursos, encontros e palestras).

Nesse sentido, a formação continuada serve para capacitar os profissionais da escola com o objetivo de aperfeiçoá-los e obter uma melhor competência na realização das suas tarefas, desenvolvendo tanto o seu aspecto pessoal como o profissional.

As relações de trabalho são uma consequência de todos os elementos constitutivos aqui já mencionados, pois segundo Veiga (2001) quando se busca uma nova organização no trabalho pedagógico se leva em conta as atitudes de solidariedade, reciprocidade e participação coletiva. As relações de trabalho abrem espaço para que todos participem do processo de decisão da escola, visando um trabalho dinâmico, crítico, comunicativo e produtivo.

Destaca Libâneo (2001) que as relações de trabalho são importantes porque proporciona uma melhor qualidade do trabalho de cada membro inserido no contexto escolar.

Outro elemento que queremos destacar é o processo de decisão que na maioria das vezes em nossas escolas é marcado pelo poder centralizador e autoritário. Assim, para que o Projeto Político Pedagógico seja construído é preciso que toda a comunidade escolar esteja envolvido no processo de decisão, ou seja, a escola deve primar por uma gestão participativa, onde o exercício do poder não aconteça de forma autocrática, mas de maneira coletiva e transparente.

Considerando a avaliação essencial à efetivação do trabalho educativo Veiga (2001) situa o processo de avaliação do Projeto Político Pedagógico em três momentos: a descrição e a problematização da realidade escolar, a compreensão crítica da realidade descrita e problematizada e a proposição de alternativas de ação (momento de criação coletiva).

Nesse sentido, para avaliarmos o Projeto Político Pedagógico precisamos fazer um diagnóstico da escola, identificando as suas características, seus problemas e suas necessidades com relação a todos os aspectos da escola: o físico, o pedagógico, o administrativo e o financeiro.

Para que esse diagnóstico tenha mais consistência podemos utilizar os métodos da Carta Escolar que segundo Padilha (2002, p. 32) é um “instrumento de sondagem, de interpretação e de análise de dados dos indicadores educacionais, que nos permite desenvolver ações com vistas à construção coletiva e democrática do Projeto Político Pedagógico da escola”.

Assim, a avaliação contínua do projeto político pedagógico é necessária no sentido de analisar os resultados positivos e negativos e redirecionar novas ações de acordo com as necessidades propostas pelos alunos, professores e direção e para isso acontecer é preciso que a escola tenha no seu calendário dias reservados com apenas este propósito, pois o Projeto Político Pedagógico deve estar sempre em análise e reflexão, visando uma melhor aprendizagem.

A autonomia e a participação são pressupostos do Projeto Político Pedagógico, os quais implicam em liberdade para sua execução e são consolidados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no seu artigo 15, que assegura o direito de participação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola todos os profissionais da educação, bem como a comunidade escolar local (GADOTTI, 2000).

Portanto, o Projeto Político Pedagógico é a própria identidade da escola, por isso a necessidade de se construir o projeto a partir da realidade escolar, em busca

de sua autonomia que será uma conquista de todos os envolvidos na sua construção.

3 Considerações Finais

É necessário que todos os envolvidos no processo educativo sejam conscientes da dificuldade que se deve enfrentar para se romper com o individualismo e autoritarismo. No entanto, essa prática pode ser vencida a partir do momento em que todos os envolvidos nesse processo (diretores, professores, pais, alunos, funcionários, etc.) comecem a investir no planejamento coletivo.

Assim, esclarecida a ideia de que não é responsabilidade apenas do gestor o planejamento, os projetos e planos da escola, pode-ser concluir é da competência do gestor articular o trabalho em equipe e buscar o empenho de todos os envolvidos no processo educativo, valorizando o trabalho do outro e buscando autonomia na solução dos problemas.

Diante de uma visão globalizada, o profissional, principalmente da educação, deve ter como característica primordial o conhecimento, bem como capacidade de compartilhar estes conhecimentos. No entanto, percebe-se cada vez mais a necessidade de se investir numa melhor proposta pedagógica, tendo em vista a formação de um cidadão crítico e ativo na sociedade.

Para isso, a escola precisa refletir sobre suas práticas educativas, decidindo quais as melhores alternativas de ações possíveis para alcançar o seu real objetivo que é a melhoria na qualidade do ensino. É necessário encontrar formas/meios de viabilizar essa nova visão de educação. Uma educação voltada para a cidadania, para a avaliação inclusiva, para formação e capacitação de melhores profissionais e uma gestão democrática e participativa para que possa atender às necessidades de todos, respeitando a individualidade de cada um.

4 Referências

ANDRE, M. E. D. O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação. In: CASTRO, Amélia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (Orgs.). **Ensinar a ensinar**. São Paulo: Cortez, 2001.

BUSSMAN, Antonia Carvalho. O projeto político-pedagógico e a gestão da escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 15. ed. Campinas: Papirus, 2001, p.37-52

GADOTTI, Moacir. O Projeto Político Pedagógico da Escola na perspectiva de uma educação para a cidadania. In: GADOTTI, Moacir et al. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 4 ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola**. 2. ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2002.

SOUZA, Rinaldo Alves; CARNIELLI, Beatrice Laura. **Os efeitos do projeto político pedagógico na gestão escolar, segundo a concepção dos alunos**. Estudos em Avaliação Educacional. São Paulo: Cortez, 2003.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política e gestão da educação básica**. Fortaleza: Realce, 2008.